

A CRISE DE 1383/85 E OS FUNDAMENTOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA EXPANSÃO ULTRAMARINA PORTUGUESA *

Por **Aurélio de Oliveira**
Faculdade de Letras *ão* Porto

A crise política de 1383-85 representa o fecho de todo um longo processo anterior. Do ponto de vista político — como é natural mas também do ponto de vista económico e social. Aliás, a «alteração política» surgirá aqui, essencialmente, como epifenómeno daquelas duas profundas realidades,

«Resolvida» a crise a favor de novos estratos sociais (e daqueles que se lhes souberam associar) e das novas forças económicas, estas, encarnando o sentir e as aspirações da jovem Nação, traçarão para toda a comunidade novos rumos de afirmação. Do ponto de vista político a separação definitiva de Castela e o início da montagem de um Estado Moderno; do ponto de vista económico a sucessiva mercantilização do Estado, baseado essencialmente na Conquista e Navegação; do ponto de vista social, na sucessiva afirmação dos estratos burgueses e mercantis, com a reciclagem, cada vez mais alargada e aprofundada dos estratos nobiliárquicos como também da simultânea acoplagem de alguns dos estratos populares.

Pode dizer-se que foi este conjunto de circunstâncias que, em parte já reunidas em 1383-85, irá permitir, logo nos inícios do séc. XV, a expansão ultramarina, a expansão atlântica.

* Uma síntese deste trabalho foi apresentada em Conferência no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em Agosto de 1985.

Todavia, não se chegou a esse estado de coisas — a esse conjunto feliz de potencialidades — de modo brusco e repentino e criado em cima dos acontecimentos políticos de 1383 (desencadeados com a morte de D. Fernando)! Muito pelo contrário. A tecitura de todo esse conjunto, vinha-se fazendo e operando desde longa data, quanto aos aspectos económicos e quanto aos aspectos sociais. É esse complexo e moroso processo de enxadaamento social, político (e até institucional) que justifica a crise de 1383-85, explica o seu sucesso (e o modo porque se resolveu). Esta operou em definitivo, — pelo menos no curto prazo — uma *coesão* final, a todo esse conjunto anterior (ainda de certo modo disperso e incerto antes do deflagrar dos acontecimentos de 1383). É essa coesão, essa uniformidade de sentir e agir, que perpassam toda a Nação e que, em grande parte explicam e, sobretudo, possibilitam toda a gesta quatrocentista. Essa equação final poderíamos nós sintetizá-la na figura do Príncipe Perfeito e na sua divisa. «Pola Lei e pola e Grei» A justificação para que imediatamente se possa erigir a crise de 1383-85, como fornecedora e sobretudo como potencializadora dos fundamentos económicos e sociais da expansão Portuguesa reside precisamente nessa realidade. Poder-se-ia talvez isolar ou tentar isolar cada uma das componentes que intervieram na «crise» (e permaneceram do lado português) e tentar, a partir daí, divisar a posterior movimentação desses grupos na gesta expansionista.

A confrontação de algumas páginas e referências dos cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara fornecerem-nos, desde logo, interessantes elementos acerca de alguns deles *. Grupos que em breve se «degladiarão» entre duas componentes fundamentais: a Conquista territorial e a Expansão geográfica e comercial. Dicotomia, porém, que na nossa perspectiva funcionou mais como complementariedade do que como antagonia irresolúvel. Seria um caminho possível de análise. Seguiremos, porém,

¹ Vide, por exemplo, os partidários que acompanham ou vêm à causa do Mestre de Aviz em 1383-85, e aqueles referidos por Zurara que partem em companhia de D. João I para a Conquista de Ceuta em 1415 ou que ali permanecem com D. Pedro de Meneses. (F. Lopes, *Crónica de D. João I*, Liv. Civilização, Porto, vol. I. 130, 338-347 entre outras; Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Ac. das Sciencias de Lisboa, 1915. Entre outras: 153-54, 262-64). *Chronica de D. Pedro de Menezes*. Lisboa 1792. Passim. Entre outros Liv. II. Cap. IV. p. 492-493. O mesmo se poderia dizer do parecer dos «Letrados» quanto a esta Conquista.

um outro. Talvez mais longo mas, segundo creio, não menos elucidativo: representando 1383-1385 o fecho de toda uma evolução anterior, do ponto de vista económico como do ponto de vista social, observaremos como se criaram, desenvolveram e afirmaram essas realidades sociais e essas forças económicas. Ficaremos assim, a um tempo, com o diagrama dos fundamentos económicos e sociais da Revolução e indirectamente das (mesmas) forças e vectores que irão impulsionar toda a Nação para a gesta expansionista de quatrocentos.

A via escolhida radica ainda na nossa maneira de ver, e segundo a qual, nos tempos anteriores a 1383-85 e a 1415 (Conquista de Ceuta) Portugal realizou uma autêntica «expansão» que se saldou pela conquista e afirmação de posições comerciais relativamente sólidas (ainda que dentro do contexto geográfico já conhecido da Europa). Essa «expansão medieval» é fundamental e essencial para se compreender a expansão moderna de quatrocentos. Esta radica naquela. É o desenvolvimento normal e consequente daquela e as forças económicas e sociais que as realizam são praticamente as mesmas. Talvez, porém, com uma diferença essencial: a partir de 1385-1415, há um Estado que assume, orienta e conscientemente coordena toda essa actividade. O Cavaleiro de Seure, agente de Rei de França — escrevendo para o seu monarca em 1549, traduzia essa realidade de modo particularmente feliz ao referir que («os grandes trabalhos das Navegações haviam sido empreendidos pelo conjunto toda a Nação» (sob a batuta dos Príncipes de Avis) ². Nos tempos anteriores, e não obstante a protecção directa de alguns monarcas, nunca o Estado se envolveu tão profundamente e as iniciativas foram mais frequentemente tomadas e assumidas de modo individual pelos agentes económicos directos, os comerciantes e os marítimos nacionais.

Deve dizer-se, antes de mais, que Portugal ao abrir o século XV — no dealbar da expansão geográfica da Europa — não é, de facto, um caso isolado, quanto às potencialidades técnicas e até económicas, que se pressupunham para uma expansão geográfica. Lembraríamos, no contexto peninsular, mais dois focos particularmente apetrechados; a zona Biscainha e a zona Catalã. Esta em particular criara mesmo, durante a maior parte do sé-

2 Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVI Siècle*, Coimbra, 1952. 296.

culo XIV, um autêntico império comercial no Mediterrâneo ocidental. Esta área, a partir de Barcelona, ficava dotada de uma experiência e de condições técnicas e económicas à primeira vista invejáveis — (mesmo quanto às suas ambições atlânticas).

Portugal, porém, nos últimos tempos do século XIV e inícios do XV conseguirá reunir e capitalizar em seu proveito de modo muito particular uma série de factores que lhe permitiram assumir as vantagens da iniciativa.

A consolidação dessas posições fez-se, porém, ao longo dos tempos. Facto que desde muito cedo lhe permitiu firmar uma posição vantajosa relativamente a outros concorrentes, superando, por isso, facilmente as pretensões destes outros.

Na consolidação dessa posição agiram factores vários. Uns de natureza geográfica — naturalmente. Outros de natureza humana. Estes acoplados em duas componentes: protecção e intervenção régias — através de acções conscientes e orientadas—; afirmação espontânea, mas fortemente interventora dos grupos e das populações mercantis.

Da conjugação e da simbiose destes grandes vectores veio a resultar nos inícios do século XV, a consolidação de uma política nacional centrada essencialmente sobre a conquista, a navegação e o comércio ultramarinos.

A zona Ocidental da Península, onde no decurso dos séculos XII e XIII veio a ser talhada a unidade política portuguesa, apresenta condições privilegiadas tendo condicionado de modo decisivo as populações e as actividades que aí vieram a desenvolver e a incrementar.

Dentro do todo geográfico peninsular (de que sem dúvida faz parte) esta faixa ocidental apresenta particularidades específicas que desde cedo a vocacionaram para as actividades marítimas, obrigando-a a «voltar as costas» para o interior continental, desligando-se dos seus interesses. Uma interpenetração do mar com a terra bastante profunda, com os rios a deixarem-se navegar com relativa facilidade até aos seus cursos médios. Aí se vieram a implantar bons surgidoiros marítimos e fluviais.

As bacias hidrogáficas constituíam pequenas quadros agrícolas, articulados com a costa. Fazendo a ligação entre elas, uma rede marítima desde cedo as juntou e articulou, (coadjuvada por uma via terrestre no mesmo sentido longitudinal). Tudo contribuindo para que a vida social e económica convergisse para a

orla marítima. Os próprios produtos agrícolas, quando se produziam excedentes, não tomavam os caminhos do interior, mas afluíam à costa, donde lhes vinha a solicitação do consumo dos melhores centros populacionais, do pequeno comércio de cabotagem, e depois mesmo do grande comércio exterior. Mas a actividade que mais relevância tomou foi, sem dúvida, a marítima: pesca, salga, extracção de sal, construção naval; depois o pequeno comércio de cabotagem e, finalmente, o grande comércio exterior. As actividades agrícolas desempenharam aí um papel importante, como actividade subsidiária e fornecendo produtos ao comércio local e de exportação.

Acabada a tarefa da Reconquista estas linhas de força puderam acentuar-se ainda mais. Incrementa-se a colonização e repovoamento, procurando mesmo chamar ao litoral as povoações. A teia administrativa vai-se pouco a pouco lançando o que contribui também para uma mais fácil unificação do território, das populações e das próprias actividades económicas.

Durante esse processo da Reconquista —em especial desde os inícios do século XII a meados do século XIII — 1250 — (altura em que todo o Algarve é definitivamente incorporado)— outros elementos vêm a compor e a modelar esse processo. Núcleos populacionais importantes, e centros marítimos e comerciais passam temporária e depois definitivamente para o Novo Reino: Coimbra, depois Santarém e sobretudo Lisboa cuja particular relevância, é acentuada por Jaime Cortesão. A seguir, Alcácer do Sal. Este último triângulo é de uma importância fundamental. Constitui um núcleo populacional e económico de primeira grandeza. Lisboa como Alcácer do Sal são grandes centros marítimos de comércio. Também de construção naval. Dominam, por seu turno, a entrada para uma zona agrícola que em parte alimentava os grandes núcleos urbanos do sul islâmico. Finalmente em 1250, toda uma rede de cidades marítimas algarvias passa para o património do Monarca. Este facto escalonado no tempo permitiu a passagem e em muitos casos a apropriação das experiências e técnicas muçulmanas para o património do novo reino, ao mesmo tempo que deixou, «naturalmente», indicada uma direcção ao comércio que nesses núcleos continuou e se impulsionou em muitos casos. Vai-se desenhando deste modo uma rede comercial, sobretudo de Coimbra para o Sul, apontando no sentido no Mediterrâneo, alimentando alguns interesses mercantis sempre que a

pausa das hostilidades o permitia. A convivência com as técnicas e a arte de marear mediterrânicas adquiriram-se, em boa parte, através deste trato pacífico. Às vezes também através dos confrontos e hostilidades que foi necessário superar para obter supremacia ou acautelar a protecção da navegação cristã sobre a navegação muçulmana nessas áreas.

Nesse entretanto outra acção paralela se estava desenvolvendo, logo desde Afonso I, no sentido da protecção, incentivo e defesa das actividades marítimas do novo reino.

Essa política de protecção assentou em necessidades de defesa e apresto militar mas visou também o reforço e incremento das actividades económicas sobre a faixa costeira e também de protecção e fomento de núcleos comerciais mais importantes que foram marcando alguns pontos do interior.

São conhecidas essas medidas de protecção e fomento dos monarcas portugueses. Desde Afonso I, a Sancho II, de Afonso IV a D. Dinis e sobretudo D. Fernando. Ora concedendo privilégios, ora fundando núcleos e póvoas marítimas, ora chamando técnicos estrangeiros, ora sobretudo, indo ao encontro das «classes» marítimas, sancionando, desenvolvendo, «institucionalizando» organismos de protecção, defesa e apoio, que os próprios homens do mar foram tomando a iniciativa de criar. Além disso alguns desses monarcas mantiveram eles próprios «oficinas» de construção naval, com fins militares, mas também de comércio. Mais para o fim dessa primeira dinastia que Lúcio de Azevedo defenia como de «Monarquia Agraria», andam eles próprios com suas embarcações envolvidas no grande comércio marítimo. D. Fernando é um dos «armadores» da Companhia das Naves. Seguramente o maior «emprestador» de dinheiros aos marítimos e mercadores reembolsando a sua cota nos lucros que o giro proporciona³. Alguns nobres seguem-lhe o exemplo. O mesmo se diga de alguns elementos do Clero. Facto este que suscita protesto e descontentamento dos homens do mar, dos grupos mercantis, pela concorrência desleal que aqueles lhe fazem: «Le Portugal n'a pas été seulement une monarchie agraire. Sa capitale, placée à Lisbonne très tôt, avant la fin de la *Reconquista* faisait du roi marchand et un roi marin, dont l'avenir... était sur l'eau. L'indépendance de Portugal par rapport à l'ensemble ibérique, en fai-

³ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Civilização, Porto, 1966* Vide *Prólogo*.

sait un État promis à l'océan, presque uniquement preoccupe de lui et de ses richesses...»⁴.

Destes condicionalismos favoráveis e destas acções humanas concertadas e convergentes resultou desde cedo uma notável actividade comercial e marítima que levou os comerciantes portugueses aos centros de comércio mais activos da Europa de então. Momento particularmente feliz ocorreu na primeira metade do século XIV, quando sobre os efeitos da colonização interna e desenvolvimento das actividades ligadas à terra, veio a influir o chamamento mais activo das actividades marítimas. Na verdade, tendo-se por então articulado, por via marítima (Estreito de Gibraltar) e de modo regular as ligações do importante núcleo italiano (representado por Génova e Veneza, com o núcleo flamengo (em 1277 e 1314 respectivamente⁵), a costa portuguesa, passou a sofrer um influxo cada vez mais importante. Novas solicitações motivam as populações ribeirinhas que mais profundamente se entrosam, com os interesses italianos e com os interesses nórdicos. É evidente que já anteriormente os portugueses frequentavam estas paragens do Norte (e até possivelmente do Mediterrâneo). Mas a solicitação passará a ser maior e os «mediterrânicos», vão sem dúvida aproveitar o «traquejo» dos marítimos portugueses. Dentro em breve os comerciantes e banqueiros italianos farão de Portugal uma das bases para a sua actividade e para a sua movimentação na área do Atlântico.

Num esforço de sistematização, poderemos resumir a três os eixos geográficos, sobre os quais se concretiza essa «expansão medieval» portuguesa — de carácter comercial.

Em primeiro lugar um *eixo Mediterrânico*. As dificuldades de penetração nesta área eram consideráveis: presença muçulmana; presença italiana, presença catalã. Assim, mais do que o estabelecimento de rotas regulares de comércio, a presença portuguesa, saldou-se, mais frequentemente, pela movimentação de agentes individuais que palmilharam — e desde cedo — os centros económicos mais activos. Alguns bem distantes.

Desde pelo menos a primeira metade do século XII que é referida a presença de mercadores portugueses nas grandes feiras

⁴ Frédéric T Mauro, *Portugais et Bretons* in «La Bretagne. Le Portugal. Le Brésil» Nantes. 1974, p. 114.

⁵ F. Braudel, *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme. XV-XVII Siècle*. A. Colin, Paris, T.3 1979, 93.

Orientais como a de S. Demétrio em Tessalónica, da Macedónia ao fundo do Golfo da Termaiea, excepcionalmente bem posicionadas para as rotas de Constantinopla, Mar-Negro, etc. Durante a segunda metade desse mesmo século espalham-se nos Centros do Mediterrâneo Central e Ocidental. Assim, são referenciados por 1166-67 entre os mercadores que frequentam as grandes feiras do Languedoc e da Provença — especificamente Montpellier e Marselha. São estes centros bocas importantes de penetração para as feiras do interior, de que se constituem em autênticos terminais marítimos. Nada admiraria que dali tivessem também tido contacto com os grandes centros do interior. O eixo das feiras da Champanhe era o ponto então mais nevrálgico do comércio europeu. Aí acorriam os produtos orientais, dali subindo para os centros do Norte. Aí chegavam também os produtos que do Norte desciam para o Mediterrâneo. Acompanhado essa activação a presença de mercadores portugueses aumentava de modo claro naqueles dois terminais mediterrânicos nos finais do século XII (1189).

Para trás ficavam pontos de escala quase obrigatórios: como eram os de Maiorca e os da Costa Catalã. Barcelona, no Mediterrâneo Ocidental impunha-se já entre todos eles. É certo que não temos notícia certa destas ligações precoces com estes centros, mas foram mais que plausíveis. A presença atestada ao longo do século XIII e sobretudo no XIV, a que em breve se seguiriam ligações políticas — em que os interesses económicos estão presentes (reinados de D. Pedro e D. Fernando) radicam certamente nesse habituamento anterior, a que se seguiu, aliás, a contrapartida da instalação em Portugal de colónias de catalães (a par dos corsins, (Cahors era um importante interposto comercial, gozando de uma posição privilegiada em todo o comércio do Sudoeste da França, controlando o tráfego terrestre entre o Mediterrâneo e o Atlântico até à iniciação das ligações marítimas — nos fins do século XIII princípios do XIV via Gibraltar). Mas há também outras colónias como a dos aragoneses que estão estabelecidos em Portugal pelo menos desde 1362

(A numerosidade, a importância e o volume da presença dos Portugueses nestas paragens a meados do século XV⁶ só pode, em parte, ter sido resultado do traquejo e habituamento dos maríti-

6 L. Adão da Fonseca, *Navegación y Corso en el Mediterráneo Occidental Los Portugueses a Medios del Siglo XV*. Pamplona. 1978.

mos e dos interesses nacionais aqui forjados durante os tempos anteriores).

Os portugueses não deveriam ser totalmente desconhecidos nos importantes centros italianos, mormente nos centros ocidentais (da Península Italiana). Ou terão vindo totalmente às escuras os Pessanhas e seus companheiros em 1317? De seguida (1338) os Bardi, os de Placência como os de Pistóia (desde pelo menos (1341 e 1347) com referências à sua presença em Lisboa desde 1296), «prazentins, genoveses, milaneses, desde pelo menos 1363: Juntamente com «lombardos catalães, franceses» e corsins»?

Segundo alguns autores e apesar de hoje se não dispor de testemunhos directos é mais que seguro que esses contactos se estabeleceram logo dasde os inícios do Século XIII avolumando-se depois com as ligações marítimas desde o último quarto do século. Presença cada vez mais assídua, até finais do século, incluso de venezianos, cujas presenças são mais difíceis de atestar, — (os testemunhos são mais tardios) — : «quase que não podiam ter faltado a entrar em contacto com os portugueses e sabe-se de facto que os venezianos estavam (efectivamente) em Portugal logo em 1309»⁷ embora só a partir do último quarto os contactos se regularizem mais e só nos fins do século — 1392 — se viesse a estabelecer um acordo formal, para o comércio entre Portugal e Veneza. Contactos esporádicos? Não só! A meados do século XIII há seguramente viagens (e mercadores) dos portos portugueses para os mercados mediterrânicos. (Segundo Alberto Iria, era frequente, na segunda metade do século XIII a presença de italianos nos bancos pesqueiros do Algarve⁸. Desse entrosamento comum e desse conhecimento mútuo, nos dá conta a expedição às Canárias de 1341, ordenada por Afonso IV. Entre a tripulação,

⁷ Balley W. Diffie, *Dois novos documentos referentes ao comércio Luso-Veniziano no Séc. XIV* in «Rev. Port. de História», T. X Coimbra, 1962, p. 270-273.

⁸ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, Lisboa 1956, T. I. p. 292-322. Iria pensa que já desde o Século XII o comércio da pimenta que se fazia em «Aljezur, Silves, Loulé, Faro, Tavira, Caceia e Castro Marim era de proveniência italiana e a especiaria era ali trazida pelas galés de Veneza. Idem p. 294. Cf. ainda Domenico Gioffré, *Relações entre Portugal e Génova*, in «D.H.P.», vol II, p. 338, (A meados do século lã algarvias entraram já nos circuitos mediterrânicos. Eileen Power» *The Wool Trade in English Medieval History*. Oxford, 1969, p. 14).

Desde 1296 que estão também em Lisboa (J. M. da Silva Marques. *Os Descobrimentos Portugueses*. Suplemento do vol. I, p. 31 (Lisboa 1944).

além de portugueses, há toda essa clientela mediterrânica: «genoveses, florentinos, catalães castelhanos, e outros espanhóis». Os contactos nem sempre eram pacíficos. As actividades de corso eram «normais». O convénio estabelecido com Génova em 1370, dá-nos conta dessa realidade e da frequência desses contactos, (em relação às embarcações desta República) ⁹.

Mas não apenas nas margens Norte do Mediterrâneo se estabeleceram os portugueses ou fizeram seus contactos! Desde muito cedo também que têm acesso aos mercados marroquinos, melhor dito interpostos da costa marítima dominados pelos muçulmanos. As informações sobre a frequência destas paragens escasseiam. Todavia «tais relações devem ter sido bem mais assíduas do que mostram os documentos até agora conhecidos; mas no pouco que se conhece já se advinha o interesse suscitado entre os burgueses algarvios e lisboetas pela vida comercial de Marrocos, dado de muito peso que tem de entrar em conta ao considerarmos as origens do movimento expansionista» ¹⁰.

Jaime Cortesão refere para toda a segunda metade do século XII um comércio activo das cidades muçulmanas do Sul, com o então principal porto na posse dos cristãos — Coimbra — referindo documentação com a indicação clara da proveniência da alguns produtos: da *terra dos sarracenos* ¹¹.

Segundo Cortesão, parte da carga da embarcação portuguesa naufragada nas costas da Flandres em 1194 (o açúcar) era seguramente proveniente dos portos muçulmanos ¹². Desse intercâmbio e dessa familiaridade com o mundo mercantil muçulmano, fosse para a Península (Granada) fosse para Marrocos, resultou a correnteza, entre os cristãos, da moeda muçulmana. O morabitino foi a moeda mais corrente em Portugal até pelo menos Sancho I ¹³ «O Período que vai do último terço do século XI a meados do século XIII caracteriza-se pela hegemonia esmagadora do outro muçulmano. Morabitino almorávida primeiro, dobra e masmudi almóadas seguidamente; os cristãos copiam por vezes essas espé-

⁹ Luís de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos*, Coimbra, 1962. p. 25-26.

¹⁰ Idem. p. 83.

¹¹ Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Portugal, Lisboa, 1964. Entre outras p. 79.

¹² j. Cortesão refere 1198. (ob. cit. 79).

¹³ Idem. 75-79,

cies, procuram outras vezes fazer-lhes concorrência, mas não conseguem substituí-las»¹⁴. Contactos que vêm de antes da Conquista e que vão persistir apesar dela «à margem... do antagonismo entre a Cruz e o Crescente»¹⁵.

São contactos, pois, que para além dos confrontos militares vão prosseguir (até porque o mundo muçulmano não constituía um bloco homogénio)! «Do Algarve podemos afirmar que após a reconquista a maior parte da fruta da província continuou a ir para a terra dos mouros, donde vinha em retorno notável número de dobras de ouro — as valedias de Tunis»¹⁶.

Desde meados do século XIII que portos bem a Norte do País como Viana do Castelo mantinham também relações seguras com «as terras dos sarracenos». Do primeiro quarto se poderia ainda apontar o exemplo de Atouguia¹⁷.

Este intercâmbio solidificou-se seguramente no decurso do século XIV e logo desde a primeira metade, acompanhado naturalmente a activação do comércio mediterrânico na sua crescente articulação com o Atlântico. Já por 1321 que os portugueses desciam até Salé (e outros portos de Marrocos, naturalmente) em actividades de corso, mas não só, como será plausível¹⁸. Bugia, a meados da centúria, é, na vertente mediterrânica, o porto mais seguramente frequentado pelos mercadores portugueses. Mas outros o seriam igualmente ao tempo de D. Dinis¹⁹. Também da segunda metade desse século nos continuam as informações — ainda que esporádicas — dessa «normalidade» de relações com as terras dos mouros. Ao tempo de D. Fernando seria corrente e normal entre as

¹⁴ V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Ed. Presença. Lisboa. 1981. Vol. I. 98.

¹⁵ Alberto Iria. ob. cit. 229.

¹⁶ J. Cortesão, ob. cit. 79.

¹⁷ J. M. Silva Marques *Os Descobrimentos Portugueses, Documentos para a sua História*. Lisboa. 1944. vol. I. p. 9-11. (1258-1262).

¹⁸ Possivelmente desde o Século XII que os de Silves vêm até Salé. (A. Iria, ob. cit., 253; 390).

— C. Verlinden, *La Découverte des Archipels de La «Méditerranée» Atlantique* in «Rev. Portuguesa de História» T. XVI. Coimbra. 1976. 123. Pouco depois, por 1336 faz-se expressa referência a mercadorias várias vindas de «terra dos negros» (Silva Marques, ob. cit.). Actividades de corso que se mantêm, praticamente durante todo o Século XIV (Luís de Albuquerque, ob. cit. 83.) que vão prosseguir por todo o Século XV. (Cf. Zurara, *Chronica de D. Pedro de Menezes*, ed. cit. Passim).

¹⁹ Luís de Albuquerque, ob. cit. 85-86 (1338) como Salé, Anafe e

comunidades mercantis de algumas cidades marítimas ir a «terras de mouros» buscar e trocar produtos (como se depreende das recomendações do Alcaide dos mouros de Santarém datadas de 1383). A meados do século — 1368 — existia em Faro uma «casa da Mouraria» para cobrança dos direitos reais, do comércio que obviamente se fazia com estas «terras de Mouros»²⁰.

É esta situação de facto e a normalidade desse intercâmbio (nem sempre fácil nem pacífico — reconheça-se) que Zurara por seu turno testemunha na Crónica de D. Pedro de Meneses: troca assídua de frutos pelo ouro: «...Sendo naquele tempo o valor da Coroa Velha do cunho de França cem reis, e noventa, e as Valedias, que era moeda mourisca oitenta e noventa, e comunalmente esta era a moeda do ouro, que se mais corria nestes reinos; e esto era por quanto casy em todo-los tempos dos Reys passados, sempre os Mouros d'alem trautaram em estes Reynos de mercadoria comprando pela mayor parte todo-los annos a fruita do Algarve, a qual nom pagavam senão em ouro, e a mayor parte daquellas dobras eram feitas em Tunes... outras dobras de Prazida, e de Sagilmança e de Marrocos, de que este Regno foi assaz fornido»²¹.

No mercado nacional, pelo menos em alguns portos mais frequentados, durante o século XII como XIII e sobretudo XIV, circulavam alguns produtos (especiarias a artigos de luxo) que na sua maioria eram de segura proveniência árabe: «é-se levado a pensar que as especiarias e drogas, vinham sobretudo dos portos maghrebins e granadinos, da Catalunha e da Itália em viagens de barcos portugueses, catalães e genoveses»²².

Durante os séculos XII e XIII muitos dos produtos de luxo que existem nas Catedrais e centros religiosos mais importantes do país, em geral para o culto divino, que têm inegavelmente essa mesma origem mediterrânica e levantiva²³. Relações que persistem nos tempos subsequentes: no reinado de D. Fernando viagens ainda que naturalmente esporádicas, se faziam directamente de Jafa para Lisboa²⁴. Tais contactos persistem em maré alta desde os

²⁰ A. Iria, ob. cit. vol. II. T. II, p. 421.

²¹ Zurara, *Chronica de Z>. Pedro de Menezes* ed. cit. p. 476-477.

²² V. Magalhães Godinho, ob. cit. vol. II. 147; 149-150.

²³ P.º Avelino de Jesus Costa, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XII a XVI*. Coimbra 1985. passim.

²⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I.* de. cit. 47. («Porto postumeiro do Mar Mediterrâneo...» Zurara, *Crónica da Conquista de Ceuta*, ed. cit. 249).

inícios do século XV mesmo que esse comércio se fizesse então em grande parte de modo clandestino. Relações que Magalhães Godinho pensa serem à altura de 1414-1415 não só «normais como intensas»²⁵.

Foi este intercâmbio, feito pelos mercadores, de modo directo ou indirecto, que sobretudo durante o século XIV, foram dando algum conhecimento das principais rotas do comércio do Magreb, perscutando cada vez com mais ansiedade o segredo que envolvia aquelas que, transpondo o Atlas, traziam aos interpostos da Costa e ao Mediterrâneo os novos produtos, sobretudo o pó amarelo. E alguns desses caminhos figuram já desde antes de meados do século em Mapas e Cartas (como a de Dulcert — 1339 —) cuja importância sob esta perspectiva não deixa de ser significativa. Mas não são apenas os mercadores ainda que porventura estes os mais interessados na recolha destas informações avultando entre eles os judeus²⁶. Também outros elementos como sobretudo religiosos franciscanos cujo proselitismo os levou logo nos inícios do século XIII à «terra dos infiéis» e que a seu modo haveriam também de produzir os seus frutos. Segundo *Luis* de Albuquerque já no decurso do século XIV que os cristãos terão sabido de notícias e informações sobre a região do Golfo de Guiné e da terra dos Negros graças precisamente a todo o tipo destas informações²⁷. E, de facto, seria apenas palpite ou segura informação (naturalmente antes recolhida) aquela de Antão Gonçalves quando persiste com os seus companheiros na primeira recolha de gentes além do Porto da Galé para trazer ao Infante? «pois certo é que aqui há gentes e que tratam com camelos e outras alimárias que levam suas cargas»²⁸.

Será, porém, nas regiões do Norte europeu que, apesar de tudo, a presença portuguesa será mais notória, mais maciça, mais regular e frequente. Aí se constitui o segundo grande eixo da expansão mercantil portuguesa e, sem dúvida o primeiro em importância — lançando desde cedo uma forte tradição de intercâmbio comercial nessas áreas.

²⁵ V. M. Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III. *Cosmos*, Lisboa, 1956. vol. III. 11.

²⁶ Zurara, *Chronica de D. Pedro de Menezes*, ed. cit. 405 (elemento neutro dispondo de maior liberdade do movimentos).

²⁷ Luís de Albuquerque, ob. cit. 145;
(Vide Zurara, *Chronica de D. Pedro* ed. cit. 400-401.

²⁸ Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Porto, 1973. 83.

Desde o século XII que mercadores e viajantes portugueses frequentam as grandes feiras de Lille e Bruges. (Gand — que se posiciona num dos caminhos de acesso a Lille — seria pela certa também conhecida e frequentada). Em Bruges estão pelo menos desde 1184. Pouco depois uma embarcação portuguesa naufragava nas costas da Flandres (1194), pressupondo já uma certa normalidade nesses contactos, na sequência, aliás, de laços familiares estabelecidos entre a Corte portuguesa e a flamenga. E, na verdade, desde 1179 que as embarcações procedentes de França pagavam dízima ao monarca, pelo menos na Foz do Douro²⁹. Em 1184 a filha de D. Afonso Henriques — D. Teresa (depois chamada Matilde) casava com o Conde da Flandres e em 1211 o filho de Sancho I — D. Fernando — consorciava-se por sua vez com D. Joana — Condessa da Flandres — filha do Conde Balduino.

Os portugueses são aí numerosos em 1197. De entre as colónias de estrangeiros aqui instaladas serão os primeiros a fixar uma feitoria (1197-1200). Irão transformá-la no centro de difusão dos seus negócios noutras paragens do Norte da Europa.

Estes contactos longínquos pressupõem a presença de uma série de pontos intermédios que àqueles conduzem e onde se fazia já também activo comércio. Daqui, em breve vão avançando para o Norte fixando-se nas saídas dos grandes rios. É assim que os vemos frequentando as bocas das grandes vias de penetração continental como as do Adour, Garona/Gironde, Loire, Somme e sobretudo Sena, porta de entrada para os grandes mercados do interior da França como era já, sem dúvida, Paris. Nesses interpostos se estabelecem também com hospedarias e armazéns. A meados do século XIII e durante toda a segunda metade desse mesmo século vêm a ocupar posições cada vez mais sólidas em diversos pontos. Desde 1242-43 que frequentam Bordéus, nas saídas do Garona (via importante do cruzamento e passagem do comércio Mediterrânico para o Atlântico que da Provença, passando por Cahors, chegava ao Noroeste da França, desembocando por Bordéus nas águas do Atlântico). Estão em La Rochelle, possivelmente desde muito antes. Segundo alguns testemunhos desde 1226! Comerciam aqui seguramente desde 1243-45. Este porto, parece, aliás, ter-se constituído na principal base de opera-

²⁹ A. Magalhães Basto, *Alguns documentos do Arquivo Municipal do Porto*, Porto, s/d. p. 127.

ções dos mercadores portugueses em quase toda a costa Noroeste da França. «Tão importantes eram essas relações comerciais em 1253 com os portos da Normandia, Bretanha Alville, Saint-Omer, Ruão, Chartres, La Rochelle, Arras e Caen que os direitos das mercadorias daqui provenientes foram regulados então por disposições régias, novamente patentes nas Cortes de LeiriaMe 1254³⁰. Poderim citar-se ainda outros centros donde nos chegam mercadorias como Bruges em primeiro lugar: depois Ipres, Gand, Tournai e Lile³¹.

Aproveitando-se das dissensões entre o Rei de França e a Flandres (Inglaterra) vêm a ocupar lugares vantajosos nas feiras da Champagne e da Beaucaire sobretudo quando Filipe o Belo vem a interditar aos flamentgos o acesso àqueles centros. (Curioso é o facto — ou talvez não de a quando da preparação de uma armada contra a Inglaterra (1295) nela virem a ser incluídas embarcações de mercadores portugueses. Estavam então nos portos franceses e Filipe o Belo não prescinde da sua colaboração contra o seu rival). Deste monarca Vêm a obter excelentes privilégios desde 1290. Na sequência solidificam naturalmente as suas posições nas feiras e portos costeiros, como é o caso específico de Harfleur, no estuário do Sena. (Estavam aqui desde a segunda metade do século).

Convertem este interposto, no centro de irradiação nas costas da Normandia desde finais do século XIII. A partir daí, vêm a conseguir sólidas posições logo nos inícios do século XIV. Em 1309 estabelecem um autêntico tratado de comércio com o Rei de França. Articulado em quinze cláusulas os portugueses são aí directamente contemplados. O mesmo sucederá em 1310 quando Filipe o Belo renova os privilégios a vários comerciantes. Entre eles estão os *Mercatoribus Portus Portugaliae et Lisbone* (e outros lugares). São de facto grandemente protegidos em relação aos mais estrangeiros e vêm sucessivamente renovadas tais regalias nos tempos posteriores (e ainda durante o século XV). Particularmente significativos são os privilégios concedidos no decurso de 1341. Este clausulado mais do que o de 1309, permite-nos classificá-lo — este sim — de

³⁰ Visconde da Ouguela, *A Lucta Social*, Lisboa. 1893.

— Fernanda Espinosa, *Estudos Históricos*, Porto, 19 2 (desde 1240).

— António Cruz, *O Porto nau Navegações e na Expansão*, Porto, 1972, 19-20.

— Magalhães Basto, ob. cit. p. 28: Por 1240 havia já mercadores residentes do Porto em várias partes de França.

autêntico tratado de comércio estabelecido entre o monarca de França Filipe VI e os *marchands de Portugal et Lisbonne... marchands e gens de la cite du Port de Portugal... marchands des royaumes de Portugal*». Serão pelos seus sucessores renovados e confirmados sucessivamente em 1350, 1362, 1368, 1387. Nesta altura também em que Filipe o Ousado da Borgonha lhes concede novas facilidades para que não vão ao comércio da Zelândia, Middelburgo e Anvers, sobre as entradas do Escalda, mas fiquem nas feiras do Condado ³¹. O mesmo fará o Duque Alberto em 1390, continuando a presença cada vez mais numerosas e alargada desde os inícios do século XV: 1406, 1412, 1417; 1428, 1436 e 1444 etc São mercadores, agora, de toda a costa marítima portuguesa do Minho ao Algarve. De Bruges (e de Flandres) os contactos irão muito mais longe atraídos, sem dúvida, pelos focos mais activos. Presenças relativamente precoces que podem ser atestadas em vários dos centros mais activos como é o caso particular do Havre-Harflleur e pontos estratégicos importantes como sobretudo La Rochelle. Ainda Ruão, Crotoy, Abville, e terras de Bolonha — com relações familiares paralelas desde 1238 (casamento de D. Matilde de Bolonha, com Afonso III de Portugal). Os mercadores portugueses aproveitam-se sem dúvida, das políticas favoráveis aos mercadores em geral — ou especificamente considerados — ora dos Reis de França ora de Inglaterra, ora dos poderosos senhorios da Flandres e da Borgonha. (A meados do século XIII — 1253-54 — os portos do Entre-Douro e Minho — com especial relevo para o Porto estão já entrosados com os seus congêneres da Normandia, Inglaterra e Flandres para onde enviam mercadorias que buscam do Minho ao Algarve e donde trazem produtos vários em retorno. Frequência que irá sempre em crescimento durante todo o século XIV e XV ³². Mas não é só aqui.

³¹ A. Magalhães Basto, ob. cit 29-30.

— Silva Marques, ob. cit. Vol. I. 6-7.

³² A. Van Nieuwenhuysen, *Les Finances du Duc de Bourgogne Philippe Le Hardi. Économie. Politique. 1384-1404*, Univ. de Bruxelles, 1984. 168-169.

³³ Luís de Albuquerque, ob. cit. 19-20.

— J. M. Silva Marques, Vol. I, 7.

— Magalhães Basto, ob. cit. 30-33.

— A. Cruz, Ob. cit. 19; 41.

— Para uma vista de conjunto sobretudo durante o século XV. Cf. J. Verísimo Serrão, *Relações Históricas entre Portugal e a França. 1430-1481*. Paris. F. C. G. 1975 (onde se poderá colher também a principal bibliografia sobre estas questões).

A partir de Bruges e da Flandres estabelecem relações mais que prováveis com a Hansa (Bruges era por então um dos mais fortes interpostas dos Homens da Hansa). Por 1280 Lubek agradece ao Conde da Flandres os privilégios e facilidades concedidos a mercadores vários que com ela mantinham contactos. Entre eles estavam os portugueses. Essas paragens mais a Norte não lhes seriam de facto totalmente desconhecidos por então. (Também aqui as relações familiares das casas reinantes para isso contribuíram, sem dúvida. Em 1213-14, uma das filhas de Sancho I (A Infanta D. Berenguela) casa com Valdemaro II da Dinamarca. Em 1229 era a vez de E>. Leonor filha de D. Afonso II e possivelmente nos fins do século XIII ou princípios do XIV novamente uma Infanta de Portugal (D. Leonor) casa com um príncipe da Dinamarca. O circuito mercantil dos mares Dinamarca e dos seus estreitos, não era ou não seria totalmente desconhecido dos portugueses e desde cedo). Será, porém, nos tempos posteriores que ligações mais directas se irão verificar.

O crescimento sucessivo das áreas de influência desta Liga — que atinge seu ponto culminante por 1370-1380 — veio dar, pelo certo, aos mercadores portugueses—então bons conhecedores dos circuitos comerciais do Norte, um contacto, pelo menos indirecto, com os mercadores a Norte da Flandres. A confirmar isso aí estão os contactos com a Zelândia durante o século XIV (*já* durante todo o último quarto). São numerosos em Midelburgo por 1384-86 — altura em que alguns deles andam com as suas embarcações ao serviço de italianos entre a Zelândia e a Inglaterra. Mas há-os também por conta própria. Naquele ano (1386) um mercador portuense envia panos valencianos para Londres e outros traficam em peles de Sandwich para a Zelândia. (Mas os primeiros contactos, como referimos, eram seguramente anteriores). Segundo Verlinden, Midelburgo vai transformar-se em centro de irradiação nos mercados da Zelândia sobretudo durante toda a primeira metade do século XV. Estendem-se até Arnemuiden³⁴. A partir desses interpostos entram em contacto seguro com os mercadores da Hansa. Por seu turno, e atestando pelo certo desse entrosamento, chegam por então estes, por sua vez, até as costas portuguesas.

³⁴ Verlinden, *Deux aspects de Vexpansion commerciale du Portugal au Moyen-Âge. (Harfleur au XIV siècle. Middelbourg au XIVe et au XVe)* in «*Rev. Port. de História*» T. IV, Coimbra 1949, 202 e segs.

Oliveira Marques refere tal presença directa em Lisboa desde 1373, mantendo-se nos inícios do século XV, com ligações confirmadas a outro porto importante da Hansa: Dantzig³⁵.

A disputa pela presença de mercadores portugueses nestes centros e feiras do Norte chega mesmo a verificar-se com vivacidade desde finais do século XIV. Haviam conquistado sólidas posições nos tempos anteriores, mesmo que às vezes seja difícil marcar com segurança os inícios desses contactos: «em condições que se não conhecem com exactidão, mas seguramente durante a segunda metade do século XIII os comerciantes portugueses fazem o périplo das costas bretãs, reconhecem as costas normandas, fundam um enterposto no estuário do Sena, donde estabelecem relações com Paris, muito mais facilmente que a partir de La Rochelle. Ao findar o século XIII estão estabelecidas relações normais entre Portugal e os portos destas diferentes regiões»³⁶.

Todavia neste «Eixo do Norte» não é apenas no corredor da Flandres com as ramificações que dali se fazem, nomeadamente para a Zelândia e até para o Báltico (Lubeck e Dantzig) que a presença dos mercadores portugueses se verifica. As águas da Mancha eram intensamente frequentadas para os acessos aos mercados ingleses.

A presença em Inglaterra é também precoce e vem constituir uma das expressões mais importantes e significativas desta «expansão medieval». É certo que aí andam — sobretudo no decurso do século XIV — afinidades de ordem política motivadas particularmente (nalguns momentos) por uma posição de certo modo quase sempre conjunta no conflito da Guerra dos Cem Anos. Mas o inverso também é verdade: foi o entrosamento económico já então verificado que em grande parte explicará essa afinidade política que irá receber o seu coroamento final no consórcio matrimonial entre o Mestre de Aviz e a filha dos Duques de Lecanstre em 1387 (realizado na cidade mercantil do Porto em 2 de Fevereiro).

Logo no fecho do século XII (1199) e ao abrir o século XIII temos notícias dessa presença. Em 1203 João Sem Terra, permitirá

³⁵ A. H. de Oliveira Marques, *A Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa, 1959.

³⁶ Y. Renouard, *Les relations du Portugal avec Bordeaux et La Rochelle au Moyen-Âge* in «Rev. Port. de História» T. VI. Coimbra 1955, 248.

a livre circulação e até a fixação de mercadores portugueses em Inglaterra (tomando sob sua directa protecção os que optassem pela fixação). Privilégios renovados em 1205. Nos princípios do segundo quarto — 1226 — realiza-se, na prática, uma espécie de primeiro tratado pelo qual são acordados mais de cem salvo-condutos a mercadores lusos. Eles, na verdade, eram frequentes em Londres desde 1220. Refira-se em particular a fixação de Bartolomeu de Portugal, juntamente com mais três companheiros, com casa própria em Londres com referências sucessivas a mercadores lusos até 1226.

A meados do século 1253-54 existe, ao que parece, um comércio de certa regularidade onde avultam já os panos e os vinhos. Henrique III, concede então privilégios aos que comerciam em Baiona e Bordéus a troco, aliás, de favores que os marítimos portugueses lhe haviam prestado e na sequência de negócios havidos com eles desde 1242-43. Por aquela mesma altura (1252-53) Afonso III de Portugal regula os preços para géneros e mercadorias dali provenientes e que chegavam aos principais portos: Lisboa, Porto (e outros do Entre-Douro e Minho). Daqui seguiam já principalmente vinhos e pescados. (Entre os «hispanicos» que em 1273 são referidos na exportação de lãs e tecidos estão certamente mercadores lusos³⁷, como era habitual). A regularidade dos contactos é tal, que a «colónia» portuguesa dispõe de correctores próprios em Londres para as mercadoreias provenientes de Portugal desde pelo menos 1283.

A última década registará novos e importantes contactos. Surgem então, dada a sua intensidade e o volume dos interesses, conflitos entre os mercadores daqui e dalém. D. Dinis, intervirá procurando minimizar esses conflitos. É assim que 1294 se virá a estabelecer novo «tratado» ou «acordo comercial» entre Portugal e a Inglaterra pelo qual se procura sanar as contendas e por-lhes fim. Contendas que, ao que parece, frequentemente surgiam entre os mercadores que, de um e outro lado, afluíam desde as costas da Biscaia, às da Mancha. As referências a estes mercadores são por então muito frequentes. Em 1297, Eduardo I vem a contemplá-los com favores especiais — que aliás alarga a outros mercadores peninsulares. Pela *Carta Mercatória* de 1303 procurará sanar ainda

37 Eileen Power, *The Wool trade in English Medieval History*, Oxford. Univ. Press., 1969, p. 51.

esses conflitos e em 1308 —já com Eduardo II vem a estabelecer-se, na prática, um segundo acordo comercial.

Será, porém, nos tempos posteriores que as relações comerciais se irão intensificar. Isso corresponderá do lado inglês a uma importância acrescida dos seus mercadores, face aos grupos estrangeiros sobretudo da Flandres e da Hansa bem como dos italianos que na prática haviam dominado até aí o comércio inglês. Do lado português a um conseqüente crescendo da «expansão portuguesa» nos mercados do Norte e com particular relevo na própria Inglaterra.

O conflito da Guerra dos Cem Anos deu-lhes especiais oportunidades. O comércio irá intensificar-se durante toda a primeira metade de trezentos conforme referências expressas para os anos de 1325, 1332, 1342, 1344; 1346; 1352-53.

É neste período que vem a verificar-se o ponto culminante destas relações. Um tratado formal do comércio — se virá a estabelecer então entre Portugal e a Inglaterra — melhor dito entre os mercadores portugueses e a Inglaterra. Na verdade, no tempo de Eduardo III (reinando em Portugal Afonso IV) vem a estabelecer-se esse importante convénio. Em 20 de Outubro de 1353 os representantes dos mercantis de Lisboa e Porto estabeleciam directamente com o monarca inglês um tratado de recíproca e plena liberdade de comércio. Incluíam-se garantias de segurança para os mercadores dos dois países. Continha, porém, cláusulas para nós de grande significado; a possibilidade de os pescadores portugueses puderem pescar livremente nas águas da Inglaterra e da Bretanha. Fica patente, pois, que a meados do século XIV a área pesqueira portuguesa incluía já áreas muito longínquas, áreas muito afastadas além de mares adversos. Esta prática da pesca em tais áreas bem apartadas da costa e em tais condições, traduz e denota seguramente aperfeiçoamentos técnicos (e práticas de orientação) introduzidos nas oficinas da construção naval portuguesa. Ao mesmo tempo asseguram-se reservas de áreas de pesca, procurando pelo certo também fazer face à activa concorrência biscainha, que sobretudo na pesca da baleia tinha já firmado sólidas posições (tal actividade era também bem activa em Portugal³⁸). Os contactos com a Inglaterra vão crescer sucessivamente em toda a segunda metade do século XIV, na sequênciã deste importante convénio

38 A. Iria, ob. cit. Vol. II, T. I, 214-215. (baleações do Minho ao Algarve).
— F. Espinosa, ob. cit. 172-174.

comercial. (Referências que particularmente se colhem para 1359, 1363, 1367-68; 1371, 1375; 1377, 1382-85. Depois já coma Mestre de Avís em 1386, 1389, 1390-91-92-93; 1397-99. Relações e contactos que o século XV, verá naturalmente incrementarem-se e regularizarem-se, á medida que o comércio Ultramarino português vai ganhando vulto.

Poderíamos constituir ainda *outro eixo* da expansão comercial, com o *conjunto hispânico* embora, na verdade, as duas vertentes em que se concretizou, pudessem ser integradas nas grandes eixos atrás referidos: Eixo do Norte (apanhando, por conseguinte, os pontos de contacto da Biscaia e Guipúscoa) o eixo mediterrânico, englobando, Sevilha Aragão e Catalunha, de que em parte já falámos.

Mas é justo que com a Península se possa constituir uma área de expansão, naturalmente diferente até pelos contactos terrestres que em grande parte facilitaram a presença portuguesa em alguns desses centros, e por outro facilitaram também o entozamento comercial praticado pelo lado dos restantes mercadores hispânicos. Mas há ainda uma outra razão: é que os mais intensos e assíduos contactos políticos fizeram-se, sem dúvida, com os Estados Peninsulares desde as Castelãs à Aragão. E daí havia de resultar seguramente — e até pela proximidade geográfica — uma afinidade comercial de vulto — ainda que sem a significado das que anteriormente se apontaram.

Contactos certos e seguros se confirmam na área do Atlântico com dois poios: o Cantábrico e o Andaiuz. Com a zona biscainha e guipuscuana desde pelo menos D. Dinis a justificar deste medidas particularmente significativas. Na verdade, data do seu reinado o estabelecimento de um *convénio comercial* com as comunidades marítimas guipuscuanas (a favor, naturalmente, do comércio português nestas paragens). Por 1296 os Concelhos de Santander, Laredo, Castro Urdiales. Vitoria, Bermeo, Guetaria, San Sebastian e Fuenterrabia — na *hermandad* que então formam — — «Acordaron que Ia carta que el Rey de Portugal embio en que aseguraba a todos los dei Senorio dei Rey de Castiella que fuesen a su Senorio mèrcadieram [en] te, que adubiesen saibos y seguros que Ia tien [en] por bien. Acordamos que todos los dei Senorio dei Rey de Portugal que vinieren a estas villas de Ia Marina o a qualquier de

ellas con pan o con vianda o con otras mercadorias qualesquier, que anden otrosi saibos e seguros e que ningua cosa de lo suio sin so placer»⁴⁰.

Na vertente mediterrânea, na zona andaluza, os contactos vêm de tempos anteriores. Acentuam-se após as conquistas de Cartagena em 1245 e de Sevilha em 1248 as quais vieram dar mais segurança às embarcações cristãs que passavam no Estreito de Gibraltar.

Sabe-se que o Infante D. Dinis, partia com uma armada para andaluzia em 1266 em socorro de Afonso X. Sevilha transformar-se-ia no centro de irradiação mais importante para os mercadores portugueses naquelas paragens. No decurso da segunda metade do século XIII constituíam aqui uma forte colónia com bairro próprio e uma magnífica confraria⁴¹. Nos finais da centúria eram, por isso, bem sólidas essas relações comerciais. Ao tempo de de D. Dinis várias terras mantinham contactos directos com Sevilha como é o caso de Santarém desde pelo menos 1289. A disputa de mercados era importante, e os interesses de portugueses e castelhanos haveria também de introduzir vectores de conflito que se traduziram, segundo Magalhães Godinho, em opções diferentes no decurso da Guerra dos Cem Anos⁴².

Mas nesta vertente os contactos estendiam-se até muito mais além. Referimos já a importância do comércio catalão (ou catalo-aragonês). Com esta área há também notícia de contactos no decurso do século XIV. Mas é indubitável que eles existem já nos tempos anteriores. A presença em Montpellier e Marselha desde 1166-1167 pressupõe naturalmente pontos de apoio na rectaguarda. Ao findar o século XIII é seguro a referência a carreiras (ou pelo menos viagens esporádicas) para o Mediterrâneo: portos de África (costa marroquina) e Levante (Levante espanhol, com certeza). (A quando da Constituição da Bolsa de comércio e Socorros marítimos em 1293, Sevilha é expressamente referida). Eram, pois, zonas e pontos anteriormente já batidos e já habituais para os mercadores e marítimos portugueses. Alguns forais concedidos

⁴⁰ *Arquivo de História e Bibliografia, 1922-1926, Lisboa, 1976, Vol. I, p. 400-408.* (Sublinhado nosso).

⁴¹ Luís de Albuquerque, ob. cit. 89.

⁴² Magalhães Godinhô. Cf. também Luís Suarez Fernandez, *El Atlântico y el Mediterráneo en los objetivos políticos de Ia Casa de Trastámara* in «Rev. Port. de História» T. V. Coimbra 1951, 287-307.

a povoações marítimas atestam também desde a primeira metade de duzentos dessas relações quer com Sevilha quer com a Catalunha e outros lugares de Castela, de Segóvia e Valência ⁴³ — (caso de Viana, Atouguia, Santarém, entre outras).

Desta presença de mercadores lusos nos pontos, ou em alguns dos pontos mais nervosos de comércio de então resultou, um poderoso contributo na formação e desenvolvimento de algumas cidades comerciais. Segundo Jaime Cortesão assim aconteceu com Bruges, Londres, Ruão, Abeville, e Sevilha. Em algumas delas como Bruges a colónia portuguesa adquire um peso económico considerável, como o provam empréstimos e adiantamentos vultosos à edibilidade, várias vezes concedidos.

Em suma: uma presença importante nos corredores marítimos mais frequentados; uma posição por vezes bem sólida junto dos interpostos comerciais mais importantes, estabelecendo a partir deles — como é o caso da Flandres — ligações com áreas e clientelas mais longínquas. Testemunhos que a um tempo se colhem ora em fontes portuguesas ora em fontes estrangeiras, (como o têm provado estudiosos com Verlinden, Renouard — entre outros — que ao estudo destas relações muito em particular se têm dedicado).

Finalmente uma «expansão» que atrai também aos pontos mais nevrálgicos de comércio nacional, os próprios interesses estrangeiros, que às vezes operam em situações realmente vantajosas face aos nacionais.

Este surto comercial e esta conquista de posições não se fez ao acaso. Decorreu da convergência de acções humanas importantes que mutuamente se completaram: acção directa dos monarcas, (ora concedendo privilégios, ora fomentando a instalação de povoados ribeirinhos, ora promovendo a actividade agrícola nas terras a eles circumpostas atraindo as populações ao litoral, ora chamando técnicos, ora atraindo mercadores estrangeiros fosse da região mediterrânica, fosse das regiões do Norte atrás dos quais foram chegando aperfeiçoamentos técnicos, conhecimentos científicos e, sobretudo, capitais. Na verdade, pressentindo a importância e a influência destes centros atlânticos em plena ascensão, no decurso dos séculos XIII e XIV, aqui afluem de modo muito significativo numerosos estrangeiros. Em segundo lugar a acção humana mais notável e mais importante, pelas realizações que concretiza

43 A. Magalhães Basto, ob. cit. 29.

e pelos objectivos que visa. É uma obra colectiva notável quase espontânea que se foi organizando e até institucionalizando. Muitas vezes se confinando os monarcas a seguir atrás dessa corrente. Ainda que noutras ocasiões estas realidades estão bem traduzidas no tratado de 1353 com Eduardo II. Os participantes portugueses são as comunidades marítimas: «*Gents, marchants, marinèrs et comunaltés de la marisme des cites et villes de Ulixbon et du Port de Portugal*». Representados estes pelo mercador Afonso Martins Alho, aqueles pelo lisboeta Gomes de Limpas⁴⁴. O mesmo se deve dizer quanto à obtenção de favores e privilégios por parte de Filipe o Belo já em 1310 e Filipe VI em 1341. No primeiro se referem como parte contrante «*dilectis nostris marcatoribus Portus Portugaliae et Lixibone ac locorum circumvicinorum*»⁴⁵ e nos de 1341. se renovam os mesmos expressamente requeridos pelos «*Marcheans et genz des diz royaumes de Portugal et de Algarve (que) nous ont de nouvel requis et supplié*» — (e em que os mercadores portugueses parecem ser os mais numerosos⁴⁶).

Também os privilégios acordados pelo Duque Alberto da Baviera, aos mercadores portugueses que frequentam Middelburgo em 1390 são concedidos a pedido directo dos «*Marchands, Maltrès de nauires et sujets*» (portugueses)⁴⁷.

Mas não é apenas na condução e regulamentação dos seus interesses a quando de contactos exteriores. A comunidade marítima também no plano interno se organiza criando estruturas de apoio, de ordem administrativa e institucional, perfeitamente adaptadas às suas necessidades, apoio e à defesa dos seus interesses. É assim que em 1293 os mercadores resolvem «ffazer hua pustura antre ssj» estipulando que todos os mareantes que movimentassem embarcações de comércio contribuíssem para um Fundo Comum, destinado a fazer face às dificuldades de comércio, pleitos e naufrágios. Do montante arrecadado, o valor de 100 marcos de prata «ou a valia deles» seria depositado na Flandres — base das operações nos mares e nos mercados do Norte «E o outro em minha terra em aqueles lugares em que eles tivessem por bom»⁴⁸.

⁴⁴ Por todos J. Cortesão ob. cit.

⁴⁵ C. Verlinden, *Deux aspects...* ed. cit. 178.

⁴⁶ Tdem. 180-188.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁸ J. M. Silva Marques, ob. cit» 22.

Os navios de mais de 100 toneladas pagariam 20 soldos esterlinos. Os de menor tonelagem 10. Quantias desembolsadas como direito de saída das embarcações que carregassem para o Norte. Aqui os portos então mais visitados eram os da Biscaia, da Normandia, Bretanha, Inglaterra e Flandres como acima se referiu. Também nas que seguiam para o Sul: para Sevilha e para o Mediterrâneo e Norte de África. Os que se opusessem pagariam 10 libras para a Comuna dos mercadores. D. Dinis, limita-se a sancionar esta iniciativa dos mercadores e comerciantes o que faz por carta régia de 10 de Maio de 1293. Lançavam-se, assim, as primeiras bases dos seguros marítimos (que surgirão em linhas mais claras e definitivas no último quarto do século XIV).

É ainda, sem dúvida sob pressão colectiva dos mercadores e comerciantes portugueses que surgirão as leis de maior alcance de protecção às nossas actividades marítimas nos finais da primeira dinastia. Essas pressões são notórias desde, pelo menos, 1375.

Daqui sugira uma organização mais completa, com a institucionalização de duas Bolsas sedeadas em Lisboa, e Porto formadas pelos fundos arrecadados (2 % sobre todos os fretes em embarcações de mais de 50 tonéis) destinados a auxílio mútuo. Organiza-se o registo marítimo, instituindo um serviço de inspecção às mesmas embarcações. Aqui inscreve o monarca os seus próprios barcos.

A primeira referência que se conhece a esta *Companhia das Naus* data de 1380, mas estas medidas devem ter sido tomadas na sequência dos iargos privilégios concedidos por D. Fernando aos mercadores de Lisboa em 1377, permitindo o corte de madeiras nas matas reais, a isenção de direitos fiscais, isenção do serviço militar, isenção de taxas das matérias importadas para construção naval, isenção de dízimas e portagens nas primeiras viagens e 50 % de redução nas cargas de retorno, prémios estes que em 1380, eram alargados a todos os mercadores inscritos nas «bolsas»⁴⁹.

Estas iniciativas e medidas conjuntas dos mercadores e do monarca são de grande significado e importância e contribuíram fortemente para o reforço competitivo da marinha mercante portuguesa. Esta «Bolsa de Socorros Marítimos» seria um bom apoio e forte sustentáculos a toda a actividade marítima e comercial

** Idem, Vol. I, 149. 158-160; 171; 174475.

— A. Cruz, ob. cit. 28-34.

— E por todos J. Cortesão, ob. cit,

numa altura em que, para mais, se alargavam os horizontes comerciais e se entrava em contacto com novos e poderosos concorrentes. (Datam, como se disse, as primeiras aparições dos homens da Hansa directamente em Lisboa de 1373).

Este desenvolvimento espontâneo e o seu rápido enquadramento orgânico, (em socorro da qual veio sempre a acção régia) traduziu-se numa enorme pujança das actividades marítimas e comerciais, bem como de outras, complementares e subsidiárias.

São frequentes as notícias que ocorrem sobre a existência de «oficinas» de construção e de barcos de pesca e comércio em muitas povoações ao longo da costa, sobretudo no decurso do século XIV seja de particulares, seja dos próprios monarcas! O Porto arvora-se, na segunda metade do século XIII, como principal centro da costa marítima portuguesa, tanto no comércio para o Norte, como para o próprio Reino. A meados de XIV (por 1361) o Porto ufana-se de contar mais embarcações que todos os mais portos do reino. Ainda que pelo certo já com algum exagero, referiam os mesmos portuenses que dali sairá em 1415 uma armada, como não seria possível que qualquer lugar da Espanha pudesse reunir.

O que é indubitável é que a finais do século XIV e fruto desta convergência múltipla resultara o apresto de uma frota tanto de comércio como militar de inegável grandesa. A quando da abertura das hostilidades com Castela em 1369 o conjunto da frota marítima portuguesa é considerada de grande vulto, não havendo em Espanha forças comparáveis: «frente as estas imponentes forças navais o poder marítimo de Castela parece ridículo»⁵⁰.

Tudo isto criou um grupo social, economicamente forte e homogénio, ao longo de toda a raia costeira, concentrada embora nos pontos mais nevrálgicos, obtendo lucros consideráveis destas actividades. Esta burguesia mercantil (e mesteiral que arrasta atrás de si) está em rápida e franca ascensão. A meados do século XIV o seu estalão de vida sobrepõe-se já ao das classes nobiliárquicas tradicionais, às quais disputam o poder económico e a projecção social.

A pragmática contra o luxo e os hábitos alimentares de 1340 é um exemplo significativo. Esse mesmo poder económico, pode afirmar-se sem reboço, é ainda demonstrado pelas avultadíssimas

50 Luís Suarez Fernandez, ob. cit. 288.

somas com que alguns mercadores da colónia de Bruges (ou a ela ligados) socorrem em momentos de aperto aquela poderosa cidade: em 1333 o mercador lisboeta Martim Gonçalves cobrava dívidas por empréstimos àquela Comuna no valor de mais de 3.000 libras (ditas de Paris—soma avultadíssima para a época). Em 1438, num pedido de 9.000 libras, só a colónia portuguesa adiantaria à mesma cidade mais de 1/3 desse valor. (Veja-se por aqui quão preciosa terá sido a ajuda desta burguesia à causa de D. João I em 1383-5 bem representada, aliás, na pessoa do mercador portuense João Ramalho «homem bem rico e mui atrevido no mar»⁵¹.

Esta supremacia económica, (bem evidente já a meados do século) não parará de crescer até aos fins da centúria à medida que as classes nobiliárquicas e fundiárias se vão vendo enredadas em dificuldades cada vez maiores. Supremacia sempre em aumento desde os inícios do séc. XV. «os homens mais ricos e de melhores fazendas [eram] especialmente aqueles que tratavam sobre mar»⁵².

Tal crescimento e a manifesta importância dos negócios que movimentam não é apenas unidireccional. Atraem também a Portugal comerciantes e mercadores, sobretudo a partir do segundo quarto do século XIV. Alguns vêm mesmo a estabelecer-se no país obtendo até privilégios dos nossos monarcas. É uma presença, benéfica e importante mas daí resultarão alguns conflitos com a classe mercantil portuguesa. Iniciava-se a competitividade e a disputa comercial de modo mais claro e desenfreado! (A Companhia das Naus deve também enquadrar-se nestes contextos).

Os mais importantes são os italianos, os quais após as fracasadas tentativas de saída para o Atlântico a partir das bases navais mediterrânicas (tentativas dos Vivaldi em 1290 e do catalão Jaime Ferrer (1346) se instalarão através dos seus banqueiros em Lisboa. (Desde 1317 que Peçanha e alguns genoveses se haviam aqui fixado). Os Bardi e outros florentinos obtêm autorização para se estabelecerem em 1338 em Lisboa, (podendo vender e descarregar ainda em todos os portos do Reino). Mas não são apenas florentinos. Há-os genoveses, prazentins lombardos e a breve trecho flamengos, aragoneses, catalães e milaneses. Pressentindo, (mormente os italianos) dos rumos que o comércio vem tomando sobre as escáfulas atlânticas, afluem aqui com os seus capitais e negócios. A uns e

⁵¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. cit. 257.

⁵² Zurara, *Chronica de D. Pedro...*, çd. cit. 564-565.

a outros os monarcas portugueses concedem, depois renovam e alargam privilégios como aconteceu com D. Afonso IV em 1341 com D. Pedro em 1357, 1362 e depois com D. Fernando. D. João I ordenará (1391) em relação a todos estes mercadores que desde «Viana ao Cabo de S. Vicente fossem amigavelmente recebidos? e respeitados os seus haveres «posto que sejam da terra de nossos inimigos»⁵³. (Quão avisado era este trato para este chefe da Corte de A vis)!

A classe mercantil portuguesa está, pois, a partir da segunda metade do Século XIV profundamente entrozada nos principais pelos económicos. Naquilo que poderíamos chamar de zonas avançadas e activas da Europa (nórdica e mediterrânica). E esta presença é já para alguns altamente incomodativa. A rivalidade comercial luso-castelhana desenha-se na segunda metade deste Século. Os episódios marítimos da Guerra dos Cem Anos (na afirmação de Magalhães Godinho) não são apenas o resultado do confronto territorial. São também a expressão de rivalidades marítimas e comerciais. Os interesses portugueses são um facto em numerosas paragens e rotas. Portugal haveria de, a seu modo, ser atraído por isso, ao conflito patenteando-se desde logo, o duelo Lisboa-Sevilha na afirmação do mesmo aurore.

Não é, porém, apenas nas rotas costeiras que se observa a presença portuguesa. Ensaíam-se os primeiros passos em mares afastados. Nos mares do Norte (zonas de pescas da Inglaterra e da Bretanha). Também nos mares frente à plataforma continental com internamentos para Oeste e para Sul com descidas até e para além da Costa Marroquina. E não só: a vinda de Pessanha em 1317 está indubitavelmente ligada a necessidades de penetração no Mediterrâneo (que constitui o grande centro e eixo económico). Na impossibilidade de aí penetrar ensaia-se, desde então, o domínio das bocas do Estreito de Gibraltar procurando a segurança da Costa Algarvia. Estas paragens — que são ainda um prolongamento da área mediterrânica — passaram desde cedo a ser batidas pela navegação portuguesa. Possivelmente desde 1336 que se tocam as Canárias. Possivelmente também algumas das Ilhas da Madeira e dos Açores. De 1341 data a primeira expedição organizada às Canárias na qual desde logo estão presentes interesses italianos e mediterrâneos. Ilhas estas que serão várias vezes visitadas até

53 Luís de Albuquerque* ob. cit., 39.

D. Fernando, segundo Jaime Cortesão. Do tempo do mesmo Afonso IV que se documentam ainda algumas tentativas bem claras de assegurar a presença e a navegação nestas paragens. Já por esta altura que a pesca da baleia levaria até bem longe da costa os marítimos nacionais. E essa actividade indubitavelmente que existia. A quando do cerco de Lisboa Fernão Lopes refere a presença de baleeiras que deixaram então momentaneamente a sua faina habitual para acorrer à defesa da «sua» cidade ⁵⁴.

A imagem que de Lisboa nos deixou Fernão Lopes ao findar o Século XIV é grandiosa e eloquente e traduz de modo claro todo o desenvolvimento das actividades comerciais e marítimas entretanto operadas: cidade cosmopolita, ligada aos principais centros económicos europeus e onde às vezes se encontravam a carregar de 400 a 500 navios e ainda numerosos outros que subiam até às partes de Saeavém, Montijo e lugares de Ribatejo. Sigamos aqui esse importante testemunho do Cronista: «Havia outro si mais em Lisboa estantes (naturais) de muitas terras, não em uma só casa, mas muitas casas de uma nação, assim como genoveses, e prazentins e lombardos e castelhanos de Aragão e de Maiorca e Milão que chamavam milaneses e corsins e biscainhos e assi de outras Nações, a que os reis davam privilégios e liberdades, sentindo-o por seu serviço e proveito. E estes faziam vir e enviavam do Reino grandes e grossas mercadorias, em guiza que afora as outras cousas de que em essa cidade abastadamente carregar podiam, somente de vinhos foi um ano achado que se carregaram doze mil tonéis, afora os que levaram depois os navios na segunda carregação de Março. E portanto vinham de desvairadas partes muitos navios a ela, em guiza que com aqueles que vinham de fora e com os que nõ Reino havia jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos a quinhentos navios de carregação: e estavam à carga no rio de Saeavém e à ponta do Montijo da parte de Ribatejo sessente a setenta navios de cada lugar, carregando de sal e de vinhos; e por a grande espessura de muitos navios que assim jaziam ante a cidade, como dizemos, iam até as barcas de Almada aportar a Santos que é um grande espaço da cidade, não podendo marear por entre eles» ⁵⁵.

Esta poderosa classe mercantil (e mesteiral que criara na sua esteira) em plena e franca ascensão, está, pelo seu modo de vida,

⁵⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. cit., 226.

⁵⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. cit. Prólogo.

pela sua mentalidade, pelo tipo de bens sobre que funda a sua riqueza, em profunda oposição e antagonismo com as estruturas sociais, económicas, e até políticas da sociedade nobiliárquica tradicional onde impera outro sistema de valores (opostos e geradores de conflitos). Liberdade e mobilidade para pessoas e bens são vitais para estes novos estratos. As estruturas sociais e políticas tradicionais são um travejamento e um espartilho que não poderão por mais tempo suportar.

As dificuldades provocadas pela Peste Negra nessa sociedade e nessa economia tradicionais desde meados do século vieram a projectar-se com vigor no último quarto da centúria a que se viriam a juntar outros factores de agravamento para os quais essa sociedade não soube ou pode encontrar respostas⁵⁶. Ao invés aqueles segmentos mais activos souberam capitalizar a seu favor todas essas contrariedades. A classe mercantil constituir-se-á em elo aglutinador dos estratos médios da sociedade arrastando ainda consigo — nos momentos decisivos — as capas mais desprotegidas que também soube tornar solidárias. As perspectiva de mudança para esses estratos inferiores fê-los agrupar em torno daqueles (os únicos, aliás, de quem poderiam esperar comportamento diferente que a sociedade feudo-senhorial profundamente hierarquisada lhes havia proporcionado e que nos tempos anteriores os haviam rudemente dominado).

A Crise política aberta com a morte de D. Fernando forneceu o pretexto último e imediato para a mudança⁵⁷. Nela viriam a incrustar todos os seus interesses e aspirações defendendo-os com denodo e decisão. O seu espírito de oportunidade e adaptação fez, por outro lado, com que a eles viessem alguns segmentos nobiliárquicos cuja importância não se pode, em verdade, pôr de lado. (Elementos *da nobreza e do clero*, este sobretudo regular. Dos «Beneficiados» idos a Castela⁵⁸ nenhum costa que não seja secular)!

⁵⁶ Vide nota ⁵⁷.

⁵⁷ Ao contexto específico deste reinado e da crise social e económica em que desembocara se refere expressamente Zurara. (Cf. *Chronica de D. Pedro* ed. cit, 224-232).

⁵⁸ Relação apresentada por José Marques às «II Jornadas sobre Andaluzia e Algarve». (Dos nomes referidos todos pertencentes ao Clero que se apresentaram ao Rei de Castela a solicitar as suas recompensas, nem um sô pertence ao Clero Regular).

Veio deste modo este largo e importante bloco social a resolver a seu contento a crise política a qual consubstanciou profundas alterações sociais, políticas e económicas as quais, na afirmação Fernão Lopes, abriram uma nova idade: a Sétima Idade «na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes. Porque filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre dizer, por seu serviço e trabalho foram neste tempo feitos cavaleiros chamando-se logo de novas linhagens e apelidos. Outros apegaram-se às antigas fidalguias de que já não haviam memória de modo que por dignidades e honras e ofícios do Reino em que os este Senhor, sendo Mestre e depois que foi Rei pos montarem tanto ao diante que seus descendentes hoje em dia se chamam dons e são tidos em grande conta... muitos destes que o Mestre acrescentou... houve aí tais que traziam continuamente consigo vinte e trinta de vavalo, e na guerra que se seguiu os acompanhavam trezentas e quatrocentas lanças e alguns fidalgos de linhagem»⁵⁹.

* * *

Temos deste modo perfeitamente deleneado, ao desabrochar o século XV, o quadro social e sobretudo económico do país, que saiu da Crise, afirmando-se já como uma autêntica «Nação». Um largo segmento social do tipo «burguês» que ia da pequena à grande burguesia, com profundas infiltrações nos mais estratos urbanos e até rurais; uma nobreza, se não totalmente nova, ao menos jovem e em muitos casos já solidária com os interesses económicos da burguesia. Através dos seus levistas e ideólogos apoderou-se de parte aparelho político do Estado (a fundamentação jurídica se não do Estado ao menos do Poder é formulado por um dos seus representantes — João das Regras) apodera-se também do poder económico — não se tivesse devido ao seu auxílio material o bom sucesso do conflito — Também um dos seus representantes domina as instâncias económicas do Novo Estado: João Afonso tem nas suas mãos a Vedoria da Fazenda. A malha administrativa ficará ainda na maior parte nas mãos do mesmo grupo.

Também o quadro económico, isto é o espaço económico e geográfico dos interesses portugueses nos surge, antes de 1415, perfeitamente deleniado:

59 Fernão Lopes, *Crónica de D. João I.* ed. cit. I., 350,

A área privilegiada de acção é sem dúvida o Atlântico, mas perfeitamente circunscrito ainda, passe embora a presença em algumas áreas mais afastadas para pescas: (a baleia levaria até bem longe os marítimos nacionais): é uma faixa ou estrada marítima, que se alarga bastante sobre as águas do Atlântico Norte, (englobando as águas e os centros comerciais que iam desde a Biscaia, a vários pontos de apoio na Costa NW da França, Inglaterra, Normandia, Bretanha e toda a zona da Flandres estendendo-se até mais ao Norte (através das ligações que se vieram a estabelecer (com segurança desde o último quarto do século XIV) com a rede das cidades da Hansa). A penetração nos mercados continentais fez-se a partir dos centros de apoio da importante região flamenga, sobretudo a partir de Bruges). Esta estrada marítima, ainda que mais apertada, prolonga-e para Sul no sentido do Mediterrâneo. A nossa presença aqui é mais frouxa e mais débil. Mas disputa-se com interesse a saída do Mediterrâneo para o Atlântico, como prova a expedição e as frequentes viagens às Canárias (e ainda outras viagens de destino ou objectivo incertos mas de que terão resultado desde cedo os primeiros toques nas Ilhas do Atlântico). Embora se navegue indubitavelmente para os portos do Levante, os interesses mediterrânicos, irão ser, de preferência, transportados para Lisboa, saídos ao encontro das aspirações atlânticas e depois de goradas as tentativas feitas, a partir de bases mediterrânicas. O grande foco de atração era Lisboa que a si atraiu grande volume de interesses e capitais mediterrânicos, sobretudo italianos⁶⁰.

Lisboa, e de um modo geral toda a costa atlântica portuguesa está já profundamente imbricada nos focos comerciais e económicos mais activos da Europa, seja do Norte, seja mediterrânica. Esta interpretação era bilavente, e a presença dos interesses «europeus» em Lisboa, tornava a burguesia nacional cosmopolita e solitária de certo modo comprometida no mesmo destino. As dificuldades sentidas nestes pontos nevrálgicos europeus projectavam-se nos negócios atlânticos portugueses manifestando aqui os seus reflexos.

O Atlântico Central e Sul, continuará afastada deste primeiro espaço económico-geográfico, (passe embora, como referimos, a existência de áreas de pesca já muito afastadas e as via-

60 Vide nota (75).

gens a Oeste que terão tocado algumas das ilhas dos Açores e Madeira. Estão, porém, estas ilhas fora do quadro geo-económico — e até estratégico — da época).

* * *

A Europa da segunda metade do século XIV e da primeira metade do século XV, é uma Europa a braços com inúmeras dificuldades e problemas. Pode dizer-se que é um mundo em desagregação, mas também indubitavelmente um cadinho onde principiam a ferver uma série de elementos de reconversão e até de expansão, em busca de novos horizontes e novas soluções.

Detenhamos dois grandes acontecimentos que dominaram toda a cena política, social, mental e económica da Europa de Trezentos e parte de Quatrocentos: A Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos. São cataclismos de profundíssimas repercussões sobre toda a sociedade europeia, afectando gravemente vastas regiões. Provocando todo o tipo de conflitos desde os políticos aos sociais e económicos. Ao acabar a Guerra, largas zonas do Continente são autênticos montões de ruínas. O comércio, e as actividades económicas em geral são profundamente afectadas; rotas e caminhos cortados, insegurança e desconfiança, guerras e confrontos frequentes. Muitas áreas viram-se parcial ou totalmente despovoadas. Noutras assiste-se a grandes deslocamentos das populações.

No meio deste descabro há certamente algumas zonas activas, comercial e «industrialmente» encaradas, mas que também se vêem arrastadas para o conflito e envolvidas nas dificuldades gerais. Sobretudo para poderem prosseguir as suas actividades comerciais, onde as trocas se fazem mais e mais à custa do estalão monetário, necessitam cada vez com mais sofreguedão de ouro e outros metais preciosos. As actividades mineiras da Europa, são porém, gravemente afectadas decaindo drasticamente. Para além disso, as trocas que se faziam contra os produtos orientais eram feitas à base desses metais preciosos contribuindo tal comércio para o esvaziamento ainda maior das fracas reservas que existiam. Mas se a Europa do Centro e do Norte era o círculo da influência e mineração da prata — agora profundamente desarticulada e decadente — as regiões do ouro eram, nesta altura, essencialmente os «impérios da orla mediterrânica». (Ouro e produtos de luxo que aí chegavam através de rotas caravaneiras ou marítimas pelas

mãos dos muçulmanos mas também de alguns cristãos e judeus). Não admira, por isso, sublinha Nunes Dias que «a burguesia económica do Mar do Morte e da Europa Continental padecesse as calamitosas consequências advindas das sugestões impostas pela associação (diríamos conluio) italo-muçulmano»⁶¹. Esta falta de metais preciosos havia provocado por todo o lado gravíssimas desordens monetárias, traduzidas em desvalorizações enormes que afectaram profundamente as actividades criando fundas sequelas sociais⁶².

Mas não era apenas o ouro. O fornecimento de matérias primas para os centros de laboração, sobretudo ligados à actividade têxtil (desde as plantas industriais: das fibras às tintureiras e outros produtos; também o aprovisionamento de lãs ficaria em muitos lados gravemente comprometida; desarticulação e insegurança dos caminhos). Largos sectores agrícolas também gravemente afectados e comprometidos: destruições e bloqueios, destruição e fuga das populações. Quedas por vezes brutais da produção. Com sequelas de violência assinalável as carências de cereal passaram a afectar vastas áreas europeias até aí auto-suficientes ou mesmo excedentárias. Dificuldades de abastecimento que crescem e aumentam à medida que rareiam e escasseiam os próprios meios de pagamento. Mas o definhamento das actividades agrícolas não se limitou a estes produtos. Outros subsidiários e complementares que alimentavam numerosas actividades mestreiras, ao serem afectados, trouxeram a miséria também a estes sectores.

Nesta atmosfera, que se abate sobretudo sobre os centros mais dinâmicos, as motivações de natureza económica surgem como fundamentais pressionando a busca urgente de novos campos de acção, de novas fontes de recursos. O desejo e a ambição de directamente se porem em contacto com essas fontes e produtos, introduziu uma dinâmica de desbloqueio que dificilmente se poderá pôr de lado. Entre todas a questão do ouro — tão imprescindível às trocas — tornou-se urgente e fundamental.

A toda uma problemática económica que afecta a «burguesia» ou os estratos burgueses europeus mais activos (mas não só) aos

⁶¹ Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português*, Coimbra, 1943, Vol. I.

⁶² E veja-se como Zurara disso tão acertadamente se dera conta! (*Chronica de D. Pedro...*, ed. cit. 224-226).

quais os centros portugueses se encontram ligados, junta-se no quadro específico português motivações inegáveis da mesma ordem e ainda uma série de algumas outras (de natureza heterogénia) que no conjunto dinamizaram e movimentaram as condições altamente favoráveis que aqui se haviam reunido. Aqui se congregou, de facto, um bloco de condicionalismos altamente favoráveis heterogénios mas solidários, que fez com que a rede de interesses apanhasse praticamente, no plano interno, vastas capas da população que desciam da própria Coroa aos estratos mais humildes apanhando nas suas malhas a nobreza e o mesmo clero. Daí que, na verdade, se possa falar de uma amálgama de motivações e interesses que acabaram por incrustar-se num núcleo central cuja natureza nos parece, de facto, bem diferente. Não se explanam mas são conhecidas: motivações de ordem ideológico-proselitística; de ordem social e política; de ordem militar e estratégica e naturalmente de ordem económica ⁶³.

A concretização de todos estes objectivos verificar-se-á na conquista e posse Ceuta que representará, de facto, o primeiro passo da Expansão Ultramarina Portuguesa.

Mas afinal, porquê Ceuta ?

Desde havia muito cedo que em Portugal se sabia ou vinha sabendo o que Ceuta representava e o que significava a posse e o conhecimento dos territórios que a circunvizinhavam. Referimos já esses contactos passados em que vários mercadores portugueses, sobretudo da costa algarvia (mas não só) se haviam interessado pelo comércio da costa marroquina, procurando nele intervir, ora aberta ora clandestinamente. Mas o interesse era recíproco. Zurara refere-nos que era habitual no tempo dos reis passados «sempre os Mouros de além tratarem com estes reinos de mercadores comprando pela maior parte todos os anos as frutas do Algarve, que não pagavam senão em Ouro...»⁶⁴.

Noutros casos os contactos e informações eram colhidos indirectamente junto doutros mercadores mediterrânicos ou peninsulares que também tratavam nos centros do Magreb.

Desde os séculos XI e XII que os muçulmanos da Orla mediterrânica vão abrindo troço por troço os caminhos que conduzem

⁶³ Conjunto de arazoados que e seu modo também Zurara aborda nas várias páginas que nos legou e que de certo modo sintetiza na Crónica de D. Pedro de Meneses. Cf. de. cit. sobretudo p. 224-232).

« Zurara, Idem. 476-477,

ao sul do continente, onde cheira a ouro e a especiarias. No século XIII os mercadores Marroquinos têm a obra praticamente concluída. Conhecem e têm acesso aos mercados auríferos Afro-Sudanêses. Mais que isso, estão já definitivamente traçadas e organizadas as relações com esses centros. Nos inícios do século XIV (por 1325) existe já uma considerável rede de feitorias muçulmanas dependentes desse comércio e dessas relações. De acessos certamente difíceis e rodeados de grandes segredos. Todavia em 1339, (na Carta de Dulcert) são divulgados centros de captação de ouro ao Sul do Sara — no coração do Niger ainda que algo imprecisos.. Aí se assinalam já também algumas passagens das caravanas, através do Atlas, isto é, as primeiras pistas para se ir à terra dos Negros⁶⁵. Pouco depois outros mapas indicam os principais caminhos de penetração com mais nitidez e precisão. Localização dos Oásis é escalas caravaneiras, como sucede no Atlas Catalão de 1375-1380 ⁶⁶.

Um desses caminhos irrigava uma série de cidades da costa atlântica marroquina que atingia Messa e subia até Ceuta. Outro o mais importante, subia directamente para Ceuta mais pelo interior, trazendo o ouro e mais especiarias depois de passar por Marraqueche e Fez. Não eram, porém, só estas rotas: outras aqui chegavam, ora por via terrestre, vindos do Oriente, através de toda a costa mediterrânica norte africana e sobretudo toda uma série de linhas Marítimas que convergiam em Ceuta como porta do Estreito. Esta cidade policiava e controlava assim todo o comércio cristão que do Mediterrâneo subia para as várias regiões do Norte, ou que daqui descia em busca de ouro especiarias, cereais* e a mais variada gama de produtos orientais e africanos, que à Europa ambicionava cada vez com maior sofreguidão.

A classe dirigente portuguesa, sabia tudo isto e ainda mais: que Ceuta era rica região económica. Do ponto de vista agrícola, (desde os cereais às plantas têxteis e industriais; dos produtos apetecidos e raros como o açúcar — até aos gados e seus derivados. A questão de abastecimento de cereais no Reino volvera-se, desde havia algum tempo, em grave problema e a miragem de seu fácil aprovisionamento (através de Ceuta e de sua região)

⁶⁵ Luís de Albuquerque, ob. cit, 183485.

⁶⁶ v. Magalhães Godinho, *Ensaio* ed. cit, 67-96; 129-137.

— *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, ed. cit. I, 17.

deve ter sido um engodo altamente mobilizador). Haveria ainda que juntar a miragem para outros variados e importantes produtos: especiarias, escravos, pescados, gados (e seus derivados) variedade de géneros agrícolas; ainda o domínio das rotas de comércio e controle dos ninhos de pirataria.⁶⁷ bem como o apetecível e rico curso^{68#}

Este notável enquadramento económico e estratégico de Ceuta ressalta ainda de uma série de outras fontes quase todas coevas dos acontecimentos ou deles muitos próximos. Vários passos de Cronistas como Gomes Eanes de Zurara, Damião de Gois e até Rui de Pina e João de Barros; De pilotos e viajantes como Cadamostò, Valentim Fernandes, e sobretudo do Grande Duarte Pacheco Pereira. Tudo isto para além de outras referências mais ou menos esporádicas mas condizentes na mesma visão altamente favorável quanto a esta posição ímpar de Ceuta e dos territórios que a circunvizinhavam. Retenhamos por hoje, e tão só, este magnífico «flash» do Cronista Zurara:

«Oh! diziam eles, cidade de Ceuta, flor de todas as outras da Terra de África!

Onde acharão òs teus moradores terra em que façam outra semelhante ou como poderão eles consentir que as suas vontades se não agastem com tamanha perda ?

Onde acharão daqui em diante os mouros estranhos que vinham da Etiópia e de Alexandria e da Terra de Turcos e os do Oriente que vivem além do Rio Eufrates e das índias e de outras muitas terras que são além do Exo que está ante os nossos olhos? Todos estes vinham ati carregados de tantas e tão ricas mercadorias! Onde acharão eles outro lugar semelhante em que possam lançar suas âncoras ou nós outros mesquinhos onde iremos morar, que sejamos visitados de tantas e tão nobres cousas? Por certo já na redondeza do Mundo não fica outra semelhante cuja perda não somente será sentida de nós que a perdemos, mas de todos aqueles que nasceram do ventre de Agar, ou que viveram sob a disciplina do nosso santo Profeta Mafamede. Que farão agora os moradores de Gibraltar e assim todos os outros do Reino de Granada visto que perdido é o seu socorro e o seu amparo? E nós desaven-

⁶⁷ Idem, Ob. cit. supra além de outros trabalhos do mesmo autor.

⁶⁸ As largas páginas da Crónica de D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara são por demais elucidativas sob este aspecto. (Por todas Cf. ed. cit., 400-406).

turados que faremos de nossos filhos e filhas que tínhamos casados daquela parte, das quais nos partíamos um dia e naquele mesmo tornávamos para nossas casas? Agora já acabamos de as ver para todo o sempre! Quais jóias lhe mandaremos que tragam nas suas grandes páscoas ou por onde nos virão seus recados como soia? Acabadas são já e assim choremos a sua perda como se as tivéssemos postas nas sepulturas! Quais de nós acharão agora, quando se alevantarem de suas camas, as bestas carregadas dos panos de seda que nos vinham da cidade de Damasco, ou as casas cheias de pedras preciosas dos da Comunidade de Veneza, ou os grandes sacos da especiaria, que nos vinham dos desertos da Líbia. E que riquezas ou nobrezas poderíamos nós nomear que nós cada dia não achássemos ante as portas de nossas lógeas, ou qual navio poderia correr per todo o mar Mediterrâneo, que não mesurasse suas velas ante a grandeza da Cidade? Nós éramos conhecidos, não somente entre os mouros, mas na maior parte da cristandade porque todos de nós haviam mester, e todos nos buscavam, não tão somente os amigos mas ainda os inimigos nos não podiam escusar. E se tu te não contentavas, cidade de Ceuta, dos teus próprios moradores, porque não mandavas chamar outros por toda toda a terra de África que te viessem povoar? pois muitos deles aí acharias ? E se quer tanto nos fizesses ora em galardão de quanto bem em ti fizeram nossos antecessores, porque ao manos nos ficara poder para virmos visitar as tuas sagradas mesquitas onde são as sepulturas de nossos Pais, e tivéramos licença de entrar nas nossas casas, e não fora tanto o nosso mal quando as víramos povoadas da gente da nossa Lei! Mas trouxeste aqui os nossos inimigos do cabo do mundo para que tingissem as suas mãos do sangue dos cidadãos! Não tinhas tu fortaleza de muros em que nos poderamos defender até que fôramos socorridos dos outros lugares da nossa Comarca? Pois que mal foi este tamanho porque tão asinha te deixaste subjugar àqueles que nunca te conheceram nem sabiam? Não foi isto, pelo certo, com mingua de tua fortaleza, porque muros e torres tens tu em redor de ti feitos com grande mestria, e o teu alcácer não era ele feito de terra movediça, nem de pedra ensossa que se pudera derribar do primeiro combate!, mas feito de mui formosa cantaria liado com mui forte betume de argamassa e as torres mui bastas e direitas com todos os outros labores que a uma proveitosa fortaleza requerem e o teu assentamento era assim azado para grande cidade qual não havia outra semelhante

desde a boca do Estreito até o porto de Jafa, que é o postumeiro do Mar Mediterrâneo. E por certo, diziam eles, não podemos diretamente dizer que a tua bondade te derribou agora, é já acabada a inveja que nossos vizinhos haviam. Mesquinhos de nós que proveito fazemos agora sobre a nossa velhice andar por terras estranhas, melhor nos seria aguardarmos nosso fim em esta terra que nos criou. E que resposta daremos àqueles que nos perguntarem como perdemos nossa cidade, se não que a deixamos como vis cidadãos!?

⁶⁹

Lamentações que novamente se repetem — a seu modo — a quando do primeiro saque de Larache pelos homens de D. Pedro de Meneses a denunciar a existência de ricos e apetevidos objectivos nesta zona do Magreb (para além da Cidade de Ceuta): «Lugar são... e allí acudiam muitas mercadorias das outras partes do sartão, acharam muy grosso roubo, de que carregarão seus Navios...» Larache Villa antiga, e formosa, *Alfândega de grande parte de Berberia*, estas ardendo em chamas de fogo... quando se reparará tamanha perda»...⁷⁰

A todos estes arrazoados que muito em particular [mobilizaram e sensibilizaram a «burguesia» nacional, aqui exemplarmente representada pelo burguês e Vedor da Fazenda João Afonso cujo papel é deveras vital na concretização do empreendimento ⁷¹ somavam-se os interesses das «classes» nobiliárquicas. Nobreza em primeiro lugar. Clero depois. Uns e outros viam na Conquista e posse desta praça a satisfação das suas necessidades e aspirações (condizentes com o seu estatuto e seu modo de vida tradicionais). Ao fim e ao cabo a solução para graves problemas de ordem social ecomónica e até política. A posse de domínios e de novas fontes de rendas que o exercício das armas, para além da afirmação social e política, que também trazia acabou por tornar-se vital para esses grupos. O desgaste que aquele tipo de bens e rendimentos sofrera e vinha sofrendo com as crises do Século XIV e dos primeiros tempos do Século XV pressionou sobremodo estes grupos. À «Classe dirigente nacional» Ceuta impunha-se ainda por outro tipo de razões que para além do mais devem ter pesado também conside-

⁶⁹ G. Eanes de Zurara, *Crónica da Conquista de Ceuta*, ed. cit, 248-249. (ainda *Chronica de D. Pedro de Meneses*, ed. dt., 243; 248-252; 260).

⁷⁰ *Idem*, *Chronica de D. Pedro de Meneses*; d ed. cit. 403; 405.

⁷¹ António Sérgio, *Ensaio. I*. Sá da Costa, Lisboa, 1971, 253-271. Ainda *Ensaio, IV*. 191-224.

ravelmente: os conflitos com Castela, e as ambições que esta vinha manifestando no sentido de arranjar passagens e até posições firmes na área do Atlântico. Tais intuítos e ambições estavam, de facto, já causando conflitos pela posse das Ilhas Canárias. Por conseguinte, riscos iminentes de se perder a prioridade na busca dos caminhos do Sul pela via marítima mas também terrestre. De facto Castela desde havia muito que reclamava também para si direitos históricos e morais de Conquista sobre a Costa Marroquina, na prossecução da ofensiva que levava até as águas do Estreito a luta que mantinha contra o reino muçulmano de Granada. Intenções particularmente manifestas após a Conquista de Algeciras em 1342 em que as ideias imperialistas sobre o Norte de África ficam claramente patentes ⁷². Também do ponto da vista de estratégia político-militar Ceuta era um objectivo a possuir e a controlar rapidamente.

Para terminar, não deixa de ser curiosa outra constatação: A quando do apelo final é evidente que o monarca (ou os mentores da empreza conta (ou contam) com todo este conjunto de solidariedades internas «E com isto era o fervor tão grande no Reino que em todos os lugares as gentes não trabalhavam em ai» ⁷³. Mas é manifesto que se esperam também solidariedades externas. São sugeridas ou invocadas quer pelo Monarca quer pelo Papado para a Cruzada contra o infiel. Os príncipes ficarão quedos e mudos. Mas essas solidariedades virão. Todavia de meios humanos e geográficos muito específicos e que a nós não nos surpreendem. Virão dos centros mercantis e dos meios económicos onde a burguesia nacional tinha criado e tecido a sua teia de relações e de interesses: em Galiza e Biscaia, em Inglaterra, na Flandres e em Alemanha ⁷⁴. Algumas das embarcações virão mesmo destes lugares a denunciar interesses alargados para além do quadro especificamente nacional. Solidariedade vertical e horizontal no plano interno, sem dúvida, mas alargada também a alguns lugares mais activos e buliçosos da Europa com os quais os grupos mercantis nacionais haviam estabelecido os seus contactos e a sua rede de interesses. É esta a clientela que ocorre com os seus serviços e os seus préstimos.

⁷² *Historia de Espana y America*, dir. de J. Vicens Vives, Vives Bolsillo, Barcelona, 1974, T. II. 315-316.

⁷³ Zurara, *Crónica da Conquista de Ceuta* ed. eit. 90.

⁷⁴ *Idem*, 43-44; 87; 264.

Um todo Nacional dinamizado por um fio condutor tecido pela «burguesia Nacional» ainda que com cumplicidades várias — mas sem dúvida por ela conduzido no plano interno. No externo enlaçando-se desde logo com os grupos seus congéneres. Fio que engrossa sobremaneira a partir da segunda metade do século XIV e que «dá o nó» à situação Nacional criada nos fins desse Século trazendo o todo Nacional enlaçado aos seus interesses criando um todo homogénio em torno do seu monarca. Fio porém, que saberá novamente desenrolar-se (também e novamente com cumplicidades várias) e através do qual a Nação se lançará a partir de 1415 na Navegação e na Conquista oceânicas abrindo definitivamente as portas à Expansão Europeia. — à Expansão Atlântica ⁷⁵. Mas não só! Criando também efectivamente uma Nova Era, uma Nova Idade ⁷⁶.

⁷⁵ Não se nega a presença da vertente mediterrânica (e por vezes a sua vitalidade em alguns sectores). Todavia, a grande realidade e a grande novidade desbóqueadora é a «construção» de um novo *espaço atlântico* e a sua rápida sobreposição àquele. (Esforço ingente, deve dizer-se, que leva logo após a Conquista de Ceuta a montagem de um aparelho bélico e militar que pode até considerar-se impressionante: mais de três mil homens constantemente em armas nestas paragens, ocupados nesta empresa atlântica!) (Cf. Zurara, *Chronica de D. Pedro de Menezes*, ed. cit. 218).

⁷⁶ Mesmo numa concepção Universalista da História como a encarou A. Toynbee. Cf. ainda e também Joseph and Francês Gies, *Merchants and Money-men. Commercial Revolution*, London, 1972, 219.

BIBLIOGRAFIA

Indicação Bibliográfica: (Sumária):

- ALBUQUERQUE (Luís) — *Introdução P História dos Descobrimentos*. Coimbra. 1962. CORTESÃO (Jaime) — *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* Lisboa. 1964.
- *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa. 1975 (Vols. I. II. III.).
- DIAS (Manuel Nunes) — *O Capitalismo Monárquico Português. 1415-1549*. Coimbra. 1963. I vol.
- DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL — Dir. de Joel Serrão. Porto 1971. 4 Vols.
- ESPINOSA (Fernanda) — *Estudos Históricos*. Porto. 1972.
- GODINHO (Vitorino Magalhães) — *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa. 1972.
- *Ensaio. II. Sobre História de Portugal*. Lisboa. 1968.
- *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa. 1981. (Vol. I).
- *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*. Lisboa. 1947.
- PERES (Damião) — *História dos Descobrimentos Portugueses*. Coimbra. 1960* (2.ª ed.).

TEXTOS DE APOIO:

- GODINHO (Vitorino Magalhães) — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. Lisboa, 1945. 3 Vols.
- IRIA (Alberto) — *Os Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos*. Lisboa, I. A. C. 1956. 2 Vols.
- LOPES (Fernão) — *Crónica de D. Fernando*. Porto. Civilização. 1966.
- *Crónica de D. João I*. Porto. Civilização. 1933-35. 2 Vols.
- SILVA MARQUES (J. M.) — *Os Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa. 1944. (2 vols). ZURARA, (Gomes Eanes de) — *Chronica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Acad. das Sc. de Lisboa. Lisboa. 1915.
- *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Porto. Civilização Ed. 1937.
- Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*. Ac. Real das Sc. de Lisboa (Col. de Livros Inéditos. I. II. p. 205-635) Lisboa. 1792.